

COORDENAÇÃO DE APOIO À GESTÃO REGIONAL 2

Estudo Técnico Preliminar 10/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 02124.005613/2025-29

2. Das Considerações Iniciais

2.1. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) digital está registrado no Portal de Compras do Governo Federal e no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

2.2. Os Estudos Técnicos Preliminares têm por objetivo identificar e analisar os cenários para atendimento da demanda formalizada no Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 022618060), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas. O ETP também deve fornecer as informações necessárias para subsidiar a elaboração dos atos administrativos dos procedimentos licitatórios, de modo a melhor atender às necessidades da Administração.

2.3. De acordo com o artigo 6º da Instrução Normativa SEGES 58, de 08 de agosto de 2022 (artigo 6º), o ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

2.4. A nova Lei de Licitações (14.133, de 01 de abril de 2021) estabelece algumas definições:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

*XX - **estudo técnico preliminar**: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;" (grifo nosso)*

*"Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

*I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido; (grifo nosso)*

(...)

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º **O estudo técnico preliminar** deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas." (grifo nosso).

2.5. Busca-se, neste documento, analisar aspectos relativos à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fretamento de embarcação oceânica para atender as demandas da Reserva Biológica do Atol das Rocas, localizada a 267 km de Natal/RN; do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Fernando de Noronha, localizado a 545 km de Recife/PE; Núcleo de Gestão Integrada Grandes Unidades Oceânicas, especificamente, Arquipélago de Trindade e Martim Vaz, localizado a 1.100 km de Vitória/ES, e Arquipélago de São Pedro e São Paulo, localizado a 1.000 km de Natal/RN.

2.6. A contratação deverá observar as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, bem como, no que couber, da Instrução Normativa nº 05/2017.

3. Atribuições Institucionais do ICMBio

3.1. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia federal, criada em 28 de agosto de 2007, pela Lei nº 11.516, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao ICMBio executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação (UCs) instituídas pela União. Além de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação (UCs) federais.

3.2. O ICMBio é responsável pela gestão de cerca de 78,9 milhões de hectares terrestres (aproximadamente 9,1% do território brasileiro) e 92,5 milhões de hectares marinhos (distribuídos nas faixas de mar territorial, zona contínua e zona econômica exclusiva), compreendendo 334 unidades de conservação federais – UCs, distribuídas em todos os biomas brasileiros.

3.3. O Instituto também é responsável por executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, com as atribuições de propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Cabe ainda ao ICMBio fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UCs.

3.4. As unidades de conservação federais são áreas naturais objeto de conservação, que possuem recursos ambientais com características naturais relevantes, as quais têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitat e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Elas ainda asseguram às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais e propiciam às comunidades vizinhas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis.

3.5. De acordo com a Portaria ICMBio Nº 5.592, de 11 de dezembro de 2025, que aprovou o Regimento Interno do ICMBio, compete às Coordenações de Apoio à Gestão - COAGRs, no âmbito de sua circunscrição, em consonância com a Divisão Regional do Brasil, apoiar a elaboração do planejamento integrado de bens, obras e serviços comuns de engenharia, apoiar a elaboração do planejamento integrado de bens, obras e serviços comuns e de engenharia, analisar os processos licitatórios e de aquisição, verificando a conformidade legal e a disponibilidade orçamentária previamente ao encaminhamento para a instância superior competente.

4. Descrição da necessidade

4.1. A Reserva Biológica do Atol das Rocas é a primeira unidade de conservação marinha do Brasil e possui elevada relevância ecológica, científica e ambiental, sendo reconhecida como Sítio do Patrimônio Mundial Natural e Sítio RAMSAR. Trata-se do único atol do Oceano Atlântico Sul, funcionando como berçário para diversas espécies ameaçadas de extinção, como tartarugas marinhas, meros, tubarões-lixia, lagostas-pintadas e arraia-manta.

4.2. A unidade também protege a maior colônia de aves marinhas do Brasil, tanto em diversidade quanto em número de indivíduos. No local, registram-se 147 (cento e quarenta e sete) espécies de peixes, das quais cinco são endêmicas do Atol das Rocas e do Arquipélago de Fernando de Noronha; mais de 14 (catorze) espécies de gastrópodes endêmicas do Atol das Rocas, do Arquipélago de Fernando de Noronha e de Trindade; além de 70 (setenta) espécies de esponjas, sendo cinco provavelmente novas para a ciência e igualmente endêmicas.

4.3. As atividades desenvolvidas na unidade incluem ações contínuas de monitoramento ambiental, fiscalização, proteção da biodiversidade, apoio à pesquisa científica e manutenção da infraestrutura mínima existente no Atol. Tais atividades são executadas por equipes técnicas que se revezam periodicamente, em média a cada 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) dias, o que demanda transporte regular de pessoas, equipamentos, insumos e mantimentos.

4.4. A unidade está localizada a aproximadamente 144 (cento e quarenta e quatro) milhas náuticas da cidade de Natal/RN, com acesso exclusivamente por via marítima. Ademais, não dispõe de embarcação própria nem de tripulação permanente, o que inviabiliza a execução direta desse serviço. Nesse contexto, justifica-se a realização de licitação em razão da inexistência de meios próprios para o transporte marítimo regular das equipes técnicas e dos insumos necessários à manutenção das atividades da Reserva Biológica do Atol das Rocas.

4.5. Essa limitação logística compromete diretamente o planejamento e a execução das ações institucionais, tornando imprescindível a adoção de solução que assegure transporte seguro, regular e compatível com as características da unidade.

4.6. Dessa forma, a contratação de empresa especializada em fretamento de embarcação marítima mostra-se necessária para garantir a continuidade das atividades finalísticas do ICMBio na referida unidade de conservação. A não realização da contratação acarretaria a interrupção das ações de fiscalização, pesquisa e monitoramento ambiental, comprometendo a proteção de espécies ameaçadas e o cumprimento da missão institucional do ICMBio.

4.7. Ressalta-se, por fim, que não se trata de contratação de serviço inédito, mas da substituição do Contrato nº 05/2021 (Doc. SEI nº 9240444).

4.8. DA VIABILIDADE JURÍDICA DA TERCEIRIZAÇÃO

4.8.1. O § 1º do art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018 estabelece que somente poderão ser objeto de execução indireta “Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.” Vejamos a transcrição do artigo 3º:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

4.9. Em suma, as atividades que se pretendem terceirizar atendem às condicionantes estabelecidas no Decreto 9.507/2018, sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços por parte da administração pública federal.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Reserva Biológica do Atol das Rocas	Marília Ulisses Nobre de Medeiros

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos Gerais

6.1. A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, legais e ambientais necessários à execução segura e eficiente do serviço de fretamento de embarcação marítima/oceânica.

6.2. A embarcação terá a função de transportar as equipes, mantimentos, materiais e equipamentos, durante as atividades de apoio à gestão da unidade de conservação, bem como servirá para apoio às atividades de pesquisa e monitoramento, patrulhamento e prestação de socorro em caso de enfermidades /acidentes na unidade.

6.3. A embarcação deverá estar sempre limpa e em perfeito estado de funcionamento. No caso de defeitos no motor, casco ou qualquer outro equipamento da embarcação, a substituição ou conserto deverá ser providenciado imediatamente, por conta da contratada.

6.4. Todas as manutenções, combustíveis e lubrificantes deverão ser fornecidos pela contratada.

6.5. Em caso de pane, quebra ou indisponibilidade da embarcação contratada, a contratada deverá garantir sua substituição ou reparação, de modo que a mesma ou outra embarcação esteja apta à operação esteja disponível no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da solicitação formal da contratante.

6.6. Garantia de reposição da embarcação, em caso de sinistro, que indisponibilize definitivamente a embarcação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

6.7. Os requisitos gerais abrangem, entre outros:

- a) Disponibilidade de embarcação registrada junto à autoridade competente;
- b) Atendimento às normas de segurança da navegação, salvaguarda da vida humana no mar e prevenção da poluição;
- c) Capacidade de transporte de pessoas, equipamentos e cargas compatível com as demandas da unidade de conservação;
- d) Autonomia de navegação adequada ao percurso entre Natal/RN e o Atol das Rocas;
- e) Fornecimento de tripulação habilitada, manutenção, seguros obrigatórios, combustíveis e demais insumos necessários à operação; e
- f) Observância de critérios de sustentabilidade ambiental, conforme legislação vigente.

6.8. Requisitos da embarcação:

6.8.1. Registro junto aos órgãos competentes da Marinha do Brasil, com o devido Título de Inscrição da Embarcação (TIE) e a salvação exigida;

6.8.2. Medir aproximadamente 42 (quarenta e dois) pés, comprimento mínimo de 11 (onze) metros;

6.8.3. Motorização mínima de 100 HP;

6.8.4. Autonomia mínima de 300 (trezentas) milhas náuticas por viagem;

6.8.5. Capacidade mínima de 1.500 (mil e quinhentos) quilos por viagem, para transportar no mínimo 06 (seis) pessoas, além da tripulação e dos mantimentos, equipamentos de trabalho e água potável para o período de isolamento na unidade de conservação;

6.8.6. Guindaste ou talha com capacidade mínima de uma tonelada;

6.8.7. Embarcação de apoio inflável equipada com motor de no mínimo 15 e no máximo 25 HP;

6.8.8. Acomodação com pernoite para até 06 (seis) pesquisadores e tripulação da embarcação, com enxoval completo (lençol, fronha, lençol com elástico), que devem ser substituídos a cada troca de pessoal/trecho navegado (Natal/UC – UC/Natal);

6.8.9. Banheiro (composto por, no mínimo, vaso sanitário e pia);

6.8.10. Cozinha com equipamentos em bom estado de uso, com capacidade para preparar as refeições diárias (café da manhã, almoço, jantar e lanche) para a equipe e tripulação;

6.8.11. Gerador de corrente alternada (110/220 VCA), com capacidade de atendimento para uso de equipamentos como laptop, carregadores de baterias, ROV, dentre outros;

6.8.12. Tanque de água potável com no mínimo 300 litros de capacidade e água mineral para consumo durante todo o período das viagens;

6.8.13. Lonas para cobrir equipamentos e materiais;

6.8.14. A embarcação deverá estar em dia com o programa de inspeções, manutenção e revisão de componentes estabelecidos pelos fabricantes, devendo estes serviços ser executados por mecânicos habilitados.

Equipamentos de navegação e comunicação:

6.8.15. Equipamentos de navegação e rádio comunicação, em conformidade com as exigências da Marinha do Brasil, para navegação *offshore*;

6.8.16. Sistema de resgate EPIRB, equipamentos de sinalização e iluminação em conformidade com as exigências da Marinha do Brasil, para navegação *offshore*;

6.8.17. Transponder com alcance mínimo de 10 (dez) milhas náuticas;

6.8.18. GPS;

6.8.19. Rádio base VHF, com capacidade de acessar as frequências do Instituto Chico Mendes, Polícia Militar e outras, entre 140 e 168 MHz;

6.8.20. Rádio HF-SSB;

6.8.21. Ecossonda;

6.8.22. Telefone via satélite;

6.8.23. Rastreador SPOT ou similar.

Equipamentos operacionais:

6.8.24. Coletes salva vidas tipo canga, Classe II, tamanho grande, para no mínimo 100 (cem) quilos, com faixas refletivas e lâmpada de sinalização, homologado pela Marinha do Brasil, para 100% das pessoas a bordo;

6.8.25. 02 (duas) boias (uma em cada bordo, com retinida de 20 metros);

6.8.26. Caixa de primeiros socorros contendo medicamentos para enjoo, queimadura solar, desidratação, má digestão, cortes ou infecções cutâneas, luxações, febre, dores em geral, antialérgicos e anti-inflamatórios, tendo em vista que não existe a possibilidade de atendimento médico imediato;

6.8.27. Extintores de incêndio de acordo com as exigências e normas estabelecidas pela Marinha do Brasil;

6.8.28. No mínimo 02 (duas) lanternas portáteis com pilhas sobressalentes, de acordo com as exigências e normas estabelecidas pela Marinha do Brasil;

6.8.29. 02 (dois) rádios transceptores VHF-FM portáteis, para operação mínima na faixa de 136 a 65 MHz, potência mínima em VHF 5 Watts, homologados pela Anatel, com bateria reserva e manual de instruções;

6.8.30. Croque marítimo.

Requisitos relativos à tripulação

6.8.31. 01 (um) piloto legalmente habilitado pela Marinha do Brasil (capitão ou profissional similar), designado pela parte contratada;

6.8.32. 02 (dois) tripulantes portadores de Carteira de Marinheiro Profissional ou habilitação superior, expedida pela Marinha do Brasil, designados pela parte contratada;

6.8.33. Os tripulantes devem apresentar Caderneta de Inscrição e Registro – CIR da Marinha do Brasil, com a etiqueta de Dados Pessoais atualizada, e, ainda, ter conhecimento sobre a área a ser navegada;

6.8.34. A tripulação deverá apresentar-se de forma apropriada, com vestuário e equipamentos de proteção individual adequados às atividades desenvolvidas.

6.8.35. No caso da participação de funcionários vinculados à contratada, é expressamente vedada a alocação de funcionários processados por infração administrativa ambiental e/ou crime ambiental com trânsito em julgado da condenação.

6.8.36. Do mesmo modo, deverá ser impedida durante a execução dos serviços, a participação de empregados ou prepostos da contratada que tenham sido penalizados administrativamente por infrações ambientais pelo ICMBio ou pelo IBAMA.

6.8.37. Os tripulantes deverão apresentar certidões de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Federal da respectiva Região e pela Justiça Estadual do Estado de residência do tripulante, ambas contendo código de validação que permita a verificação da autenticidade dos documentos.

6.8.38. Os antecedentes criminais a que se refere o tópico anterior devem ser encaminhados para verificação com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para a equipe da unidade pelos canais de comunicação disponibilizados.

6.8.39. A exigência de consulta prévia aos antecedentes criminais e administrativos dos candidatos visa garantir a proteção da vida e a preservação da segurança da equipe – composta majoritariamente por mulheres – bem como assegurar a integridade da Reserva Biológica. Considerando a dificuldade de acesso ao Atol e a significativa distância em relação a outras localidades que permitam comunicação rápida em situações de emergência (ambientais, logísticas, saúde humana ou integridade física das pessoas), torna-se imprescindível adotar medidas preventivas capazes de mitigar riscos à integridade física e psíquica dos integrantes da equipe. Ademais, em observância ao Princípio da Prevenção aplicável à tutela ambiental, especialmente em áreas de elevada fragilidade ecológica, justifica-se a realização de verificação prévia de antecedentes, de forma a reduzir a probabilidade de ocorrência de ilícitos ambientais e de qualquer conduta que possa comprometer a segurança operacional ou a proteção da Reserva Biológica.

Requisitos relativos aos seguros:

6.8.40. Seguro de responsabilidade civil (acidentes pessoais, morte e invalidez) para os tripulantes e passageiros, que deve ser apresentado no momento da disponibilização da embarcação, com cobertura mínima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por pessoa, contratado na quantidade mínima de 03 (três) tripulantes e até 08 (oito) passageiros ou adequado à capacidade de pessoas a bordo, caso a embarcação tenha capacidade superior à mínima estabelecida;

6.8.41. Seguro da embarcação, com cobertura compatível com o valor do bem;

6.8.42. Seguro de responsabilidade civil contra terceiros, para os casos de abalroamento, colisão, etc. com cobertura mínima de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Requisitos relativos à viagem:

6.8.43. O ponto de partida deve ser a cidade de Natal/RN, onde se localiza a sede administrativa da unidade de conservação, até a Reserva Biológica do Atol das Rocas, situada no mar territorial brasileiro, nas coordenadas geográficas -3,85864 (latitude) e -33,81481 (longitude);

6.8.44. A embarcação deverá ser disponibilizada em local adequado e seguro para o embarque e desembarque das equipes, materiais e equipamentos da Reserva Biológica do Atol das Rocas;

6.8.45. As viagens são realizadas com o objetivo de transportar as equipes, mantimentos, materiais e equipamentos, durante as expedições científicas e demais atividades de apoio à gestão da unidade de conservação.

6.8.6. Entende-se por expedição o período compreendido para a execução do ciclo operacional completo, abrangendo desde a saída da embarcação do Porto de Natal até seu regresso ao ponto de origem, após o embarque ou desembarque das equipes ou entrega de equipamentos e demais itens.

6.8.47. As viagens ocorrem em intervalos regulares de aproximadamente 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) dias, a depender de situações climáticas ou emergências.

6.8.48. O tempo de permanência da embarcação na Reserva Biológica pode sofrer alteração devido às condições climáticas e marítimas para que a viagem possa ser realizada sob as condições adequadas de segurança e navegabilidade.

6.8.49. O período de realização da viagem para troca de equipe e entrega da carga é de, em média, 04 (quatro) dias. A viagem compreende o período de deslocamento (traslado) de ida e volta, encerrando-se com o retorno da embarcação ao ponto de origem.

6.8.50. O cronograma das viagens deverá ser estabelecido pela unidade de conservação.

6.8.51. Excepcionalmente, algumas viagens podem ser solicitadas ou antecipadas mediante comunicação com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. A excepcionalidade pode ser caracterizada por uma alteração das condições marítimas que influenciem substancialmente a viabilidade da viagem ou por outras necessidades não previstas anteriormente;

6.8.52. A impossibilidade de viagem deverá ser comunicada à contratante em tempo hábil de 7 (sete) dias corridos, para fins de ajuste da programação e cronograma da viagem.

6.8.53. A embarcação deverá estar disponível em até 4 (quatro) horas em casos de emergência, envolvendo pessoas ou a própria embarcação, tais como acidentes, ferimentos graves, enfermidades.

6.8.54. Caso não seja possível viabilizar a viagem emergencial numa embarcação da contratada, esta poderá realizar utilizar uma embarcação de terceiros, desde que tal embarcação cumpra com os requisitos mínimos de segurança e de habilitação de navegabilidade.

6.8.55. As viagens emergenciais, nos termos ou circunstâncias acima narrados, podem ser realizadas a título adicional/extra, mediante o pagamento de valor adicional, estimado em planilha de custo e ofertado na proposta comercial do licitante.

Requisito para Habilitação

6.9. A habilitação dos interessados deverá compreender a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal, social e trabalhista, à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas federal, estadual ou distrital, além do cumprimento do disposto no artigo 7.º, XXXIII da Constituição Federal. Esses requisitos estão previstos no artigo 40 do Decreto n.º 10.024/2020 e nos artigos 62 a 70 da Lei n.º 14.133/2021.

6.10. Também se recomenda que seja adotada, para fins de comprovação da capacidade técnica da contratada, a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Deve ser comprovada a experiência de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, conforme Anexo VII da Instrução Normativa SEGES n.º 05/2017.

6.10.1. Para fins de contagem do tempo de experiência, pode ser considerado o somatório de vários atestados com tempo menor de 03 (três) anos. No entanto, no cálculo do tempo serão desconsiderados os períodos concomitantes.

6.10.2. Justifica-se a comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos, considerando as características do objeto licitatório e o tempo esperado de execução contratual - 5 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos. Além disso, essa exigência de qualificação não tem potencial de restringir o caráter competitivo do certame e o desenvolvimento do setor em que se insere o objeto da contratação.

Sustentabilidade

6.11. A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, em observância ao Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012 e à Instrução Normativa SLTI n.º 01/2010.

6.12. Conforme artigo 6.º da Instrução Normativa SLTI n.º 01/2010, o instrumento convocatório deverá estabelecer que a contratada adote as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

- a) aplicar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- b) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- c) priorizar a aquisição de produtos reciclados e recicláveis, utilizando produtos de origem sustentável, originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento;
- d) prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na legislação específica;
- e) evitar o descarte inadequado de água que contenha óleos ou combustíveis.

Natureza continuada ou não continuada

6.13. O objeto consiste na prestação contínua de serviço de fretamento de embarcação oceânica, necessária para garantir o funcionamento regular das atividades da Reserva Biológica do Atol das Rocas, com expedições periódicas ao longo da vigência contratual, podendo inclusive, ocorrer prorrogações nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.14. A interrupção do serviço comprometeria atividades essenciais como pesquisa científica, monitoramento ambiental, fiscalização e apoio logístico da unidade de conservação. Tal característica enquadra-se no conceito de serviço contínuo previsto no art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

Vedação de marcas ou modelos

6.15. Na presente contratação não há indicação de marcas, fabricantes ou modelos específicos, limitando-se a definir requisitos técnicos, operacionais e de desempenho da embarcação e de seus equipamentos, em observância ao princípio da isonomia e da competitividade, conforme art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

6.16. Quando mencionados exemplos como “rastreador SPOT ou similar”, trata-se de mera referência funcional, sendo expressamente admitida a equivalência técnica, não configurando direcionamento de marca.

Carta de solidariedade

6.17. A contratação não envolve fornecimento de bens fabricados por terceiros com integração tecnológica complexa, tampouco aquisição de equipamentos sujeitos à dependência direta de fabricante específico. O objeto é a prestação de serviço, com responsabilidade integral da contratada quanto à disponibilização da embarcação, tripulação, seguros e manutenção.

Catálogo eletrônico de padronização

6.18. A padronização elaborada pela Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SEGES/MGI) abrange somente 3 (três) itens de materiais (água mineral, café e açúcar) e nem tampouco contempla a prestação de serviços, conforme se verifica no link <<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>>. Sendo assim, por enquanto esta unidade do ICMBio está impossibilitada de utilizar o referido catálogo eletrônico na presente contratação.

Vistoria

6.19. Sugere-se que seja facultada a realização de vistoria ou a apresentação de declaração, emitida pelo licitante, de que tem pleno conhecimento das condições para execução do objeto.

6.20. Caso seja de interesse da empresa realizar a visita, deve ser disponibilizada, por agendamento prévio.

Subcontratação

6.21. Nos termos do artigo 122 da Lei 14133/2021, será admitida a subcontratação, no percentual de até 30% do quantitativo contratado.

Garantia da contratação

6.22. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, que no caso do objeto em questão, adota-se um percentual de 5% (cinco por cento).

Critérios de Medição e Pagamento

6.23. Os pagamentos mensais à futura contratada serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, mensurados com base no Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

6.24. Esse documento estabelece critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. Além disso, ele define e padroniza a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.

6.25. As adequações de pagamento originadas de insuficiência de resultados não devem ser interpretadas como penalidades ou multas, cuja apuração e aplicação ocorrerá, caso necessário, em processo específico. Os aspectos considerados no IMR englobam parâmetros técnicos, relacionados à prestação e à qualidade dos serviços.

6.26. O detalhamento sobre o cumprimento desse requisito será contemplado no Termo de Referência e no próprio documento que será anexo do edital.

Combate ao assédio moral, sexual e à discriminação

6.27. O ICMBio e a empresa contratada deverão adotar medidas preventivas e boas práticas para combate à discriminação e ao assédio moral e sexual.

6.28. Neste contexto, o ICMBio encontra-se em processo de elaboração do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento aos Assédios e à Discriminação no ICMBio (PSPEADBIO), alinhado com o Decreto nº 12.122/2024, a Portaria MGI nº 6.719/2024 e demais normativos que estruturam a política federal sobre o tema.

6.29. O plano reúne diretrizes e ações voltadas à prevenção, ao acolhimento, à apuração e à responsabilização, além de incentivar a resolução de conflitos, com o objetivo de fortalecer ambientes de trabalho mais seguros, respeitosos e livres de assédio, discriminação e outras formas de violência.

Transição contratual

6.30. Está expressamente prevista, nos documentos editalícios da contratação anterior do mesmo objeto, a obrigação de a contratada realizar a transição contratual, com a devida transferência de conhecimento, informações operacionais, tecnologias e técnicas empregadas, sem prejuízo à continuidade dos serviços.

6.31. A atual contratada deverá, inclusive, capacitar a equipe da contratante ou da futura contratada, sempre que solicitado, de forma a assegurar a continuidade da execução do objeto, sem perda de informações ou de eficiência.

6.32. Essa obrigação também será exigida no presente processo, em consonância com a Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 e com os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. Levantamento de Mercado

7.1. Em virtude das necessidades apresentadas no Item 4 deste Estudo Técnico Preliminar, foram analisadas as alternativas disponíveis para atendê-la. O levantamento do mercado foi realizado em consonância com os procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, que disciplina a realização de pesquisa de preços, em processos de aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal.

7.2. O levantamento de mercado considerou as alternativas existentes para atendimento da necessidade identificada, incluindo: execução direta pelo órgão, aquisição de embarcação própria e contratação de empresa especializada por meio de fretamento.

7.3. A execução direta mostrou-se inviável diante da inexistência de estrutura, pessoal especializado e embarcação própria. A aquisição de embarcação implicaria elevados custos iniciais, despesas permanentes de manutenção, tripulação e seguros, além de não se mostrar economicamente vantajosa frente à demanda variável da unidade.

7.4. Por sua vez, o mercado nacional dispõe de empresas especializadas em fretamento de embarcações oceânicas, com experiência comprovada em operações de longa distância e em condições ambientais adversas. A contratação por fretamento, principalmente na região norte do país, é uma prática consolidada na Administração Pública para situações semelhantes, mostrando-se tecnicamente viável e economicamente adequada.

7.5. Todavia, o mercado local é bastante restrito, sobretudo no estado do Rio Grande do Norte, visto que nas últimas duas experiências de contratação, houve uma participação inexpressiva de licitantes, de modo que no último certame, apenas um licitante concorreu.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. O fretamento de embarcações pode ser enquadrado no Catálogo de Serviços do Portal de Compras Governamentais sob o código 14699, relativo à "Locação de embarcação marítima, fluvial". Os serviços aqui tratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507/2018, constituindo atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal desta Autarquia, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

8.2. A embarcação deverá ser disponibilizada em plenas condições de navegabilidade, equipada e apta a realizar o transporte de equipes técnicas, materiais e equipamentos, bem como a prestar apoio às atividades de pesquisa, fiscalização e monitoramento ambiental.

8.3. É recomendado que a empresa melhor classificada encaminhe, juntamente com a proposta, portfólios, catálogos e demais documentos comprobatórios que demonstrem a conformidade da embarcação ofertada com as especificações exigidas. A contratada deverá, ainda, apresentar toda a documentação legal e técnica necessária para comprovar a adequada navegabilidade marítima da embarcação, bem como sua regularidade para operar no trecho informado. Caso necessário, será realizada vistoria na embarcação, antes da homologação e adjudicação do certame, com a finalidade de verificar suas condições gerais e a aderência às características descritas no Item 6.8 e respectivos subitens.

8.4. Considerando que a interrupção na prestação dos serviços pode prejudicar as atividades finalísticas do ICMBio, recomenda-se a contratação continuada do serviço, sendo a vigência plurianual mais vantajosa. Portanto, vislumbra-se um prazo de vigência de 5 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da Lei 14.133/21.

8.6. A fiscalização dos serviços será exercida por representante previamente designado pelo contratante, no ato denominado gestor e fiscal, com o devido credenciamento, ao qual competirá dirimir as dúvidas da contratada, que surgirem no curso de execução, dando ciência ao contratante conforme a Lei nº 14.133/21. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades nos serviços, não implicando corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e propositos.

8.7. No que tange a participação de consórcios, o mesmo não será admitido, pois reduziria o universo da disputa, e os serviços em comento não são considerados complexos ou de grande vulto, visto que empresas de diferentes portes podem individualmente apresentar propostas vantajosas e ampliar a concorrência para a prestação dos serviços, o que resultaria em uma contratação mais vantajosa para a Administração Pública.

Da prestação dos serviços

8.8. Trata-se da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fretamento de embarcação, sob execução indireta e sem dedicação exclusiva de mão de obra, de natureza contínua, para atender a Reserva Biológica do Atol das Rocas, nas condições a serem estabelecidas posteriormente no Termo de Referência.

8.9. A embarcação terá a função de transportar as equipes, mantimentos, materiais e equipamentos, durante as atividades de apoio à gestão da unidade de conservação, bem como servirá para apoio às atividades de pesquisa e monitoramento, patrulhamento e prestação de socorro em caso de enfermidades /acidentes na unidade.

8.10. A embarcação deve partir de Natal/RN, onde se localiza a sede administrativa da unidade de conservação, em intervalos regulares, conforme consta o item 6.8.43 a 6.8.55.

8.11. A execução do contrato seguirá cronograma estabelecido pela Reserva Biológica do Atol das Rocas, apresentado à contratada com antecedência mínima de 10 (dez) dias a partir da data da primeira viagem, podendo ser alterado de acordo com a demanda da unidade de conservação com até 05 (cinco) dias de antecedência de cada viagem.

8.12. A operação de embarque e desembarque no Atol é realizada em botes infláveis com motores de popa, que devem ter força suficiente para vencer a ação constante das ondas.

8.13. Os botes também são utilizados em ações de fiscalização no entorno do recife, bem como na execução de pesquisas no interior da unidade de conservação.

8.14. A contratante se compromete a informar, por e-mail, a data de início e data de término previsto para cada expedição, os respectivos horários, nome completo do coordenador da operação e seus telefones de contato, com 10 (dez) dias de antecedência de cada viagem.

8.15. A embarcação deverá estar sempre limpa e em perfeito estado de funcionamento. No caso de defeitos no motor, casco ou qualquer outro equipamento da embarcação, a substituição ou conserto deverá ser providenciado imediatamente, por conta da contratada.

8.16. Todas as manutenções, combustíveis e lubrificantes deverão ser fornecidos pelo contratado. A embarcação deverá estar em dia com o programa de inspeções, manutenção e revisão de componentes estabelecidos pelo(s) fabricante(s), devendo esses serviços serem executados por mecânicos habilitados.

8.17. Excepcionalmente, algumas viagens podem ser solicitadas ou antecipadas mediante comunicação com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. A excepcionalidade pode ser caracterizada por uma alteração das condições marítimas que influenciem substancialmente a viabilidade da viagem ou por outras necessidades não previstas anteriormente.

8.18. A embarcação deverá estar disponível em até 4 (quatro) horas em casos de emergência, envolvendo pessoas ou a própria embarcação, tais como acidentes, ferimentos graves, enfermidades.

8.19. Deverá haver garantia de reparação em caso de pane no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da solicitação da contratante. Também é necessário que o contratado reponha a embarcação em caso de sinistro que a indisponibilize definitivamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

8.20. O conserto, reparação ou reposição a que referem os itens anteriores se darão na localidade em que houve pane ou sinistro.

8.21. No caso de defeitos no motor, casco ou qualquer outro equipamento da embarcação, a substituição ou o conserto deverá ser providenciado imediatamente, por conta da Contratada.

8.22. À Reserva Biológica do Atol das Rocas fica reservado o direito de recusar de pronto a embarcação que flagrantemente não esteja em conformidade com a descrição do objeto, sem prejuízo das atribuições dos executores.

Regime de execução e critério de seleção

8.23. Recomenda-se a adoção do regime de execução a empreitada por preço unitário, tendo em vista que é possível a prestação do serviço por preço certo e total, mesmo que estimado. Tenciona-se que, a partir das informações descritas neste Estudo, os proponentes sejam capazes de apresentar propostas que reflitam os aspectos quantitativos e qualitativos necessários à execução dos serviços.

8.24. Dentre as vantagens dessa alternativa, tem-se uma boa margem de precisão quanto aos valores dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual e menor custo para a Administração Pública na fiscalização do serviço.

8.25. O artigo 46 da Lei nº 14.133/2021 estabeleceu os seguintes regimes de execução indireta:

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário;

II - empreitada por preço global;

III - empreitada integral;

IV - contratação por tarefa;

V - contratação integrada;

VI - contratação semi-integrada;

VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

8.26. O artigo 6º da Lei nº 14.133/2021 descreve o conceito desses regime, quais sejam:

XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

XXIX - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

XXX - empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;

XXXI - contratação por tarefa: regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

XXXII - contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

XXXIII - contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

XXXIV - fornecimento e prestação de serviço associado: regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado;

8.27. Segundo a Lei 14.133/2021, na empreitada por preço unitário (art. 6º, XXVIII, Lei nº 14.133, de 2021), o valor é fixado por preço certo de unidades determinadas e os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores.

8.28. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

8.29. Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Esse regime pressupõe um adequado nível de precisão das especificações e quantitativos do serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 6º, XXIX, Lei nº 14.133, de 2021), para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

Da classificação dos serviços

8.30. Trata-se de serviço comum, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

Da modalidade da licitação adotada

8.31. Para o certame será adotada a modalidade Pregão, da forma eletrônica, uma vez que o objeto do processo administrativo compreende serviços que se enquadram nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada, e sendo classificados como comuns, conforme preconiza a Lei n.º 14.133/2021, a partir da qual cita-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

(...)

8.32. Portanto, a solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fretamento de embarcação marítima /oceânica, é considerada comum, sob execução indireta, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de natureza contínua.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. Com base no histórico operacional da unidade demandante (processo de contratação anterior) e no planejamento das atividades, estima-se a realização de aproximadamente 18 (dezoito) viagens (ida e volta) ao longo do período de 12 (doze) meses, com duração média de 04 (quatro) dias cada, totalizando cerca de 72 (setenta e duas) diárias de fretamento, conforme quadro abaixo:

QUANTIDADE ESTIMADA DE DIÁRIAS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE EMBARCAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	N.º ESTIMADO DE DIÁRIAS	QUANTIDADE ESTIMADA DE VIAGENS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fretamento de embarcação oceânica para atender à demanda da Reserva Biológica do Atol das Rocas.	01 (uma)	Diária	72 diárias	18 viagens (ida e volta - 2 dias para cada deslocamento)	12 meses
02	Demandas emergenciais	01 (uma)	Diária	24 diárias	6 viagens (ida e volta - 2 dias para cada deslocamento)	12 meses

9.2. Consta na tabela acima, uma estimativa de 6 (seis) viagens emergenciais, resultando no acréscimo de 24 (vinte e quatro) diárias.

9.3. Entende-se por diária o período de 24 horas a partir do momento em que a contratada iniciar a expedição. O cronograma das viagens deverá ser elaborado pela equipe gestora da REBIO Atol das Rocas.

9.4. Essas estimativas poderão sofrer ajustes em função de condições climáticas, emergências ambientais ou demandas extraordinárias da unidade.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.057.983,84

10.1. A estimativa do valor da contratação será realizada em momento oportuno, durante a fase de planejamento da contratação, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

10.2. Para a composição do valor estimado, serão utilizados, os fundamentos da referida Instrução Normativa, serão efetuados os seguintes procedimentos:

- a) busca no módulo de Transparência do sistema Contratos.gov.br, na opção de Consulta Contratos;*
- b) busca no módulo "Pesquisa de Preços" do Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>);*
- c) busca em sites especializados e buscadores de conteúdo;*
- d) busca no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;*
- e) pesquisa direta junto a fornecedores do ramo, nos termos do inciso IV da referida Instrução Normativa.*

10.3. A estimativa abrangerá todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a, combustível, manutenção da embarcação, tripulação, seguros obrigatórios, despesas administrativas e margem de remuneração da contratada.

10.4. O valor estimado final será devidamente registrado nos autos do processo e servirá de subsídio para a definição do modelo de contratação e para a avaliação da vantajosidade da proposta a ser selecionada.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, § 1º, ambos da Lei nº 14.133/2021. No entanto, é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala. Vejamos a transcrição de tais dispositivos:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

V - atendimento aos princípios:

- a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;*
- b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;*

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

11.2. Segundo informações publicadas no site do TCU (acessível no link <https://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.009.036.htm>), a equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas:

1) É tecnicamente viável dividir a solução?

2) É economicamente viável dividir a solução?

3) Não há perda de escala ao dividir a solução?

4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

11.3. Considerando que o serviço de fretamento de embarcação constitui um conjunto integrado e indivisível de atividades operacionais, o parcelamento da contratação não se mostra técnica nem economicamente viável. Sendo assim, considerando a natureza do objeto a ser contratado, o parcelamento poderia comprometer a segurança, a eficiência e a responsabilidade pela execução do serviço.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que condicionem ou impactem diretamente a presente contratação.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A contratação ora pretendida está prevista no Plano Anual de Contratações - 2026 da UASG 443034, Processo SEI nº 02124.004338/2024-45, estando portanto alinhado ao planejamento institucional para contratação a partir de janeiro de 2026. Divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Link para acesso ao PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/08829974000194/2026/4>, sob a seguinte descrição:

I - Id do Item no PCA: 10;

II - Classe/Grupo: 732 - Serviços de Leasing ou Aluguel relacionados a outros bens;

III - Identificador da Futura Contratação: 443034-3/2026.

13.2. Destacamos também que na perspectiva dos processos gerenciais e de suporte, cabe ao ICMBio ampliar e modernizar a infraestrutura das suas Unidades de Conservação, conforme previsto no Planejamento Estratégico do Instituto, estabelecido pela Portaria ICMBio nº 1.164, de 1º de abril de 2025, que instituiu a nova Política de Gestão Estratégica do ICMBio, para o período 2025-2027. Vejamos alguns trechos transcritos da referida Portaria:

"Art. 4º São resultados e objetivos estratégicos almejados pelo ICMBio em seu Planejamento Estratégico para o período 2025-2027:

...

IV - objetivos estratégicos na perspectiva dos processos gerenciais e de suporte:

a) ampliar e modernizar a infraestrutura nas Unidades de Conservação;

j) incrementar e estruturar a força de trabalho e melhorar suas condições de suporte."

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. É de suma importância destacar que a ausência de contratação acarretaria a paralisação das atividades da unidade, com risco de comprometimento da proteção ambiental, de descumprimento das atribuições legais do ICMBio e de ocorrência de danos ambientais irreversíveis.

14.2. A contratação em análise permitirá:

- a) a continuidade das atividades de fiscalização, monitoramento e pesquisa ambiental;
- b) a proteção efetiva da biodiversidade marinha sob responsabilidade do ICMBio;
- c) a previsibilidade logística e operacional das expedições ao Atol das Rocas;
- d) a otimização dos recursos públicos, mediante solução com melhor relação custo-benefício;
- e) a redução de riscos institucionais e ambientais.

14.3. O uso de embarcação especializada possibilitará o transporte ágil e eficiente de pessoal e materiais para áreas remotas, garantindo o pleno atendimento das demandas logísticas da REBIO Atol das Rocas. A contratação de uma empresa especializada garantirá que os meios de transportes utilizados estejam em conformidade com as normas de segurança e estejam preparados para enfrentar as adversidades oceânicas, como longas distâncias a serem percorridas.

14.4. Deve ser considerada a relação custo-benefício da solução escolhida, que deve representar bom aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponibilizados ao ICMBio. Busca-se a obtenção da proposta mais vantajosa para a contratação, conceito que transcende o aspecto econômico e que se identifica com o de melhor preço - o menor preço conjugado com fatores tais como qualidade, desempenho e desenvolvimento sustentável.

14.5. Portanto, a contratação desses serviços especializados é crucial para o sucesso das operações e para assegurar que as missões finalísticas do ICMBio sejam cumpridas de forma eficiente e segura.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Para a efetivação da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- a) consolidação e aprovação do presente Estudo Técnico Preliminar;
- b) elaboração e validação do Termo de Referência;
- c) realização da pesquisa de preços definitiva;
- d) definição do modelo de contratação e do critério de julgamento;
- e) submissão do processo às análises jurídica e administrativa competentes.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. O princípio do desenvolvimento nacional sustentável está previsto na nova Lei de Licitações (14.133/2021), em seus artigos 5º e 11:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - ..

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável."

16.2. Conforme artigo 6.º da Instrução Normativa SLTI n.º 01/2010, o instrumento convocatório deverá estabelecer que a contratada adote as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços. Vejamos os trechos abaixo transcritos:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

16.2.1. A Advocacia Geral da União (AGU) publicou o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, um documento que tem por objetivo fornecer orientações e segurança jurídica aos gestores públicos na implementação das contratações públicas sustentáveis. O referido documento encontra-se em sua 8ª edição, datada de outubro de 2025, estando disponível no link <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf>.

16.2.2. A contratação de serviços de fretamento de embarcação para transporte de pesquisadores, servidores e materiais até áreas remotas em ambiente marinho não se caracteriza, por si só, como atividade potencialmente poluidora significativa. Contudo, considerando o princípio da precaução e a natureza sensível dos ecossistemas marinhos, reconhece-se a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais potenciais, ainda que de baixa magnitude e geralmente reversíveis, associados à operação da embarcação.

16.3. Os principais impactos ambientais potenciais associados à execução do objeto incluem:

a) Emissões atmosféricas: a operação da embarcação envolve a queima de combustíveis fósseis, resultando na emissão de gases e material particulado, contribuindo para a poluição atmosférica e para a emissão de gases de efeito estufa;

b) Risco de vazamento de combustíveis e lubrificantes: existe a possibilidade de ocorrência de vazamentos acidentais de combustíveis, óleos lubrificantes ou outros fluidos operacionais durante o abastecimento, manutenção ou operação da embarcação, podendo causar contaminação da água e impactos à fauna e flora marinhas;

c) Geração de resíduos sólidos e efluentes: durante as viagens, podem ser gerados resíduos sólidos e efluentes sanitários, os quais, se não gerenciados adequadamente, podem resultar em poluição marinha;

d) Ruído subaquático e perturbação da fauna: a operação de motores e sistemas de propulsão pode gerar ruído subaquático, com potencial de causar perturbação comportamental em organismos marinhos, especialmente em áreas de alta sensibilidade ecológica;

e) Risco de colisão com fauna marinha: embora de baixa probabilidade, existe a possibilidade de colisão com organismos marinhos, como tartarugas, cetáceos e aves marinhas, particularmente em áreas de elevada biodiversidade.

16.4. Medidas Preventivas e Mitigadoras

16.4.1. A execução do contrato deverá observar práticas operacionais ambientalmente adequadas, visando minimizar riscos e impactos ambientais, incluindo, no mínimo:

a) manutenção preventiva regular da embarcação e de seus sistemas;

b) uso de embarcação devidamente regularizada junto à autoridade marítima;

c) armazenamento e manuseio adequado de combustíveis e lubrificantes;

d) destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e efluentes;

- e) cumprimento das normas ambientais e marítimas vigentes;
- f) capacitação da tripulação em procedimentos de prevenção e resposta a incidentes ambientais, bem como em práticas de redução de impactos ambientais;
- g) disponibilidade de equipamentos básicos de contenção de vazamentos de óleo;
- h) observância de boas práticas de navegação em áreas sensíveis do ponto de vista ambiental;
- i) adotar medidas para redução do consumo de água e energia;
- j) priorizar o uso de produtos reciclados, recicláveis ou de origem sustentável;
- k) assegurar a destinação ambientalmente adequada de resíduos, pilhas e baterias;
- l) evitar o descarte inadequado de resíduos oleosos ou combustíveis no meio marinho;
- m) atender integralmente às normas da Autoridade Marítima relativas à prevenção da poluição hídrica.

16.5. Classificação do Impacto Ambiental

16.5.1. Os impactos ambientais associados à execução do objeto são classificados como:

- a) de baixa magnitude;
- b) localizados;
- c) temporários;
- d) reversíveis;
- e) mitigáveis mediante boas práticas operacionais.

16.6. Não se trata de atividade sujeita a licenciamento ambiental específico, desde que executada em conformidade com a legislação ambiental e marítima vigente.

16.6.1. Não se preveem impactos ambientais negativos decorrentes da contratação, considerando que o transporte marítimo já integra a dinâmica operacional da unidade. Ainda assim, a contratação deverá observar requisitos de sustentabilidade.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.2. Após a conclusão das análises técnicas, operacionais, econômicas e administrativas no âmbito deste estudo, conclui-se que a contratação de empresa especializada para o fretamento de embarcação marítima/oceânica destinada ao atendimento das demandas da Reserva Biológica do Atol das Rocas é viável, necessária e adequada ao interesse público.

17.3. A solução proposta mostrou-se compatível com as condições do mercado, com os recursos orçamentários disponíveis e com os objetivos institucionais do ICMBio, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e obtenção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

17.4. Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento do processo de contratação, com a adoção das providências subsequentes necessárias à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARILIA ULISSES NOBRE DE MEDEIROS

Chefe Substituta da REBIO do Atol das Rocas

MAURIZELIA DE BRITO SILVA

Chefe da REBIO do Atol das Rocas

JOSEILSON DE ASSIS COSTA

Chefe de Divisão da COAGR-2

BRUNO RIBEIRO PIANA

Coordenador da COAGR-2

EVENLLYN KALIANNE NASCIMENTO TORRES

Analista Administrativa - COAGR-2